

A política externa norte-americana e seus teóricos

PERRY ANDERSON

São Paulo: Boitempo, 2015, 233p.

Tatiana Berringer*

A política externa norte-americana e seus teóricos, obra de Perry Anderson, um dos mais respeitados historiadores marxistas, é uma grata surpresa para os estudiosos de relações internacionais. Essa área de estudos, dominada por autores conservadores e liberais, carece de críticas teóricas e de narrativas cronológicas consistentes sobre a história recente dos Estados Unidos. O livro resulta de dois artigos publicados em um número especial da *New Left Review* publicados no ano de 2013.

Na primeira parte, denominada “Império”, de forma resumida e clara, o autor resgata historicamente a construção e a consolidação do imperialismo estadunidense nos séculos XX e XXI. Concentrando-se prioritariamente no período da Guerra Fria até o momento atual, o historiador mostra como as estratégias de dominação foram sendo formuladas e executadas. A subdivisão em pequenos capítulos permite demarcar nitidamente os assuntos e períodos abordados, desempenhando uma função didática importante para estudantes e professores de relações internacionais e história contemporânea. No entanto, há algumas ausências e vícios na tese apresentada por Anderson para sua interpretação histórica: a questão que mais nos chama a atenção é o fato de que a análise parte do pressuposto de que as estratégias traçadas pelos Estados Unidos seriam, de certa forma, reações às mudanças no

* Professora de Relações Internacionais da UFABC. E-mail: berringer.tatiana@gmail.com.

equilíbrio de poder internacional, tal como defendem os realistas – corrente teórica que defende que o ambiente internacional é anárquico em razão da ausência de um Estado mundial.

Na obra de Perry Anderson, os interesses imperialistas parecem emergir da burocracia de Estado e, com isso, no interior da formação social norte-americana, não aparecem conflitos de classe que determinariam as tomadas de decisão, especialmente as mudanças nas estratégias de dominação imperialista. Apenas nas páginas 29 e 30, no capítulo intitulado “Cristalização”, o autor afirma que após o ataque a Pearl Harbor formou-se uma unidade de síntese durável entre os nacionalistas isolacionistas e os intervencionistas. Os primeiros representavam os interesses das pequenas empresas e dos agricultores do Centro-Oeste do país, e sempre se voltavam mais para o Pacífico; os segundos representavam as elites bancárias e corporativas da Costa Leste, e se voltavam mais para o Atlântico. Esses dois grupos teriam, então, se unificado em nome do projeto de reconstrução do mundo à imagem e semelhança dos Estados Unidos. Acreditamos que outras questões internas, além dessa, poderiam ter sido exploradas pelo autor ao longo da narrativa histórica. Como, por exemplo, as divergências entre os setores protecionistas e exportadores nas negociações econômicas internacionais contemporâneas, os conflitos político-partidários a respeito da orientação da política externa, o papel do Congresso etc.

Na segunda parte, intitulada “Conselho”, o historiador faz *jus* ao título do livro. Mostrando que adentra em um terreno novo, ele apresenta uma crítica aos principais estrategistas da política externa americana, em especial aos membros da burocracia de Estado, dos *think tanks*, das fundações acadêmicas e da mídia. Para Anderson, esses autores fazem parte de uma elite intelectual que diferencia o conhecimento da política doméstica da reflexão sobre política externa. Assim, acabam blindando a participação e a influência popular nas decisões de política externa, salvo as Guerras da Coreia e do Vietnã e a invasão ao Iraque (que não foi tão intensa como as outras duas).

Para Perry Anderson, a fundação da estratégia imperialista dos Estados Unidos foi a Doutrina do Destino Manifesto e a obra “Providência Especial” de Walter Russel Mead, segundo a qual “[...] Moralidade e economia, e não geopolítica, foram as diretrizes essenciais do papel da nação no mundo” (p.141). Essa ideia, na verdade, sintetiza os pressupostos defendidos por Hamilton, Wilson, Jefferson e Jackson, que repousam nos princípios da democracia liberal estadunidense e na defesa do livre-mercado como a melhor política externa. Segundo o autor, Hamilton defendia a busca de vantagens econômicas para as empresas estadunidenses no exterior; Wilson sustentava que os valores da liberdade deveriam ser universalizados mundialmente; Jefferson interessava-se pela preservação das virtudes da República; e Jackson lutava pela honra e segurança do país.

Para Anderson, a perspectiva dominante na condução da política externa dos Estados Unidos no século XX foi a wilsoniana. Os principais teóricos, com análi-

ses distintas, foram John Ikenberry e Michael Mandelbaum. A tríade que sustenta essa estratégia – *paz, democracia e livres-mercados* – foi a base da construção dos Estados Unidos enquanto “governo do mundo” e foi usada para enfrentar discursivamente seus inimigos da Guerra Fria – União Soviética e República Popular da China. E, atualmente, a defesa da paz sustenta o conceito de “responsabilidade de proteger”, que justifica a intervenção da Líbia. O liberalismo se faz nos acordos de livre-comércio e nos mega-acordos de investimentos que estão sendo negociados. Por fim, a defesa da democracia é usada para a postura crítica em relação aos governos que são contrários às políticas de Washington.

Isso não significa que as ideias realistas não tenham força e expressividade entre os estrategistas estadunidenses. Pelo contrário, Anderson chama a atenção para o fato de que os neoconservadores têm produzido obras importantes e garantido uma forte influência sobre o Congresso, especialmente depois do 11 de Setembro. Para essa perspectiva, os Estados Unidos não estão em declínio, pois mantém a superioridade militar, econômica, tecnológica e cultural.

No capítulo “Fora do castelo”, Anderson chama a atenção para temas que não são tratados com centralidade pelos estrategistas dos Estados Unidos, como a desaceleração da produção, o aumento da dívida doméstica, corporativa e pública, entre outros. Faz também menção a autores que trabalham com esses temas e a autores que apontam para o possível desmantelamento do Império. São intelectuais, em sua maioria, marxistas ou críticos contundentes das políticas de Washington.

No geral, a escolha dos estrategistas que Anderson traz na segunda parte do livro parece-nos um pouco arbitrária, deixando de lado, por exemplo, Joseph Nye, mencionado apenas brevemente em uma nota de rodapé como um autor inconsistente e pouco confiável, cuja produção não é original para justificar que tenha se tornado uma referência. Apesar de concordarmos com Anderson, acreditamos que teria sido importante que essa crítica tivesse sido mais desenvolvida e melhor apresentada, dado o eco que Nye produziu nessa área de estudos. Além disso, em muitos momentos o historiador pressupõe que o leitor conheça com profundidade o pensamento dos autores e o conteúdo das obras citadas, faltando uma apresentação mínima antes de introduzir suas críticas.

No Apêndice, temos um artigo crítico a Francis Fukuyama, no qual Anderson tenta buscar explicações para a mudança da posição do autor sobre a Guerra do Iraque. Por que o autor de “O fim da história” e “O último homem” oscilou do entusiasmo no momento da decisão sobre a intervenção a uma postura crítica anos depois? Entre os principais motivos apontados por Anderson está o fato de que a “guerra contra o terrorismo” acabou produzindo o efeito contrário ao aumentar os riscos de novos ataques. Com isso, colocamo-nos as seguintes questões: qual é a atual estratégia do imperialismo para deter o Estado Islâmico? Essa guerra tende a fortalecer os Estados Unidos enquanto Império ou poderá enfraquecê-lo? No posfácio, Anderson nos dá algumas pistas. Vale a pena conferi-las.

CONSULTE A BIBLIOTECA VIRTUAL DA *CRÍTICA MARXISTA*

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

CRÍTICA marxista

A origem da noção de ontologia de Lukács
Nicolas Tertulian

O espaço político em Marx
Adriano Codato

Classe operária e classes médias
John Milios e George Economakis

Marxismo e movimentos sociais
Andréia Galvão

O PCB e o governo nacionalista e democrático
Anita Leocádia Prestes

32